



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
1

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



Videoconferência - Local: Sala de Governança da SPGG, 21º andar do CAFF

REGISTRO

O **Secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Sr. Claudio Gastal**, iniciou a reunião cumprimentando a todos os participantes. Agradece a presença da 1ª Vice-Presidente da AL RS, Deputada Kelly Moraes, informando que o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Gabriel Souza, está em São Paulo. Menciona a Sra. Janaína Zago do SEBRAE RS, Dra. Maria Patrícia Molmann, Subchefe Jurídica da Casa Civil, Sra. Carolina Scarpato do EDP, Dr. Tomás Holmer, Dr. Tiago Bona, Sra. Neusa Bueno os quais considera fundamentais por manter este processo em andamento. Comunica que a pauta começará com a apresentação da Conselheira Elis Radmann: O Rio Grande após a Pandemia. Relata que esta semana realizou-se uma reunião com o SEBRAE RS referente avaliação do Conselho e a importância dele dentro da estrutura do Governo e que estão se reunindo periodicamente finalizando o acompanhamento de projetos e ações, o que tem reverberado positivamente gerando demandas para este Conselho e para o DescomplicaRS que é quem opera as ações. Tem um olhar para projetos específicos, um aspecto fundamental de mobilização para dentro do governo. Os servidores que estão trabalhando nas iniciativas discutidas aqui no CEDE, de alguma maneira se sentem fortalecidos por que sabem que há uma estrutura, além de ser um meio de debates e uma oportunidade de discussão entre o setor público e privado; e demais poderes de maneira transparente para juntos para podermos alcançar resultados.

Esclarece que a Secretaria de Desenvolvimento e Turismo passará a ser uma de Desenvolvimento e a outra de Turismo, portanto na próxima reunião do CEDE contaremos com a participação do Deputado Edison Brum na Secretaria de Desenvolvimento e do Secretário Rodrigo Lorenzoni na Secretaria de Turismo, assim como a Secretaria de Governança juntou-se à de Planejamento, hoje Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, sob o seu comando, pois o Decreto tornou-a legalmente constituída.

Solicita aos Conselheiros aprovação para indicar a Casa Civil como Vice-Presidente do Conselho e a Secretaria de Planejamento e Gestão continua como Presidente, por ele representada, logo, juntamente com o Dr. André Godoy, gostariam de propor à Casa Civil assumir a Vice-Presidência deste Conselho, pois o Secretário-chefe da Casa Civil Adjunto, Dr. Bruno Pinto de Freitas e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos já vêm acompanhando as ações do CEDE, através da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura. Logo, o Secretário Gastal passa a perguntar a cada Conselheiro se estão de acordo com este encaminhamento, ou seja, sugestão de convite à Casa Civil.

Assim, os Conselheiros Sr. Daniel Santoro, Sra. Elis Radmann, Sr. José Hopf, Sr. Marlos Schmitt, Dr. André Godoy, Dr. Leonardo Lamachia, Secretário da SEDETUR, Sr. Rodrigo Lorenzoni, Diretor Geral Ricardo Bastos, representando a SICT, Dr. Tiago Bona, representando a PGE RS, todos aprovaram a referida indicação, faltando apenas a SEFAZ RS, portanto, afirma que será enviado ofício com este resultado para Casa Civil e, também, será realizada alteração no Decreto de constituição do CEDE. Secretário, Dr. Bruno Freitas diz que fará todo o esforço para que o Secretário Artur Lemos aceite o convite e o Secretário Gastal ratifica a importância dado os dois anos intensos que estão por vir.

Diretor-Superintendente do SEBRAE RS e Conselheiro do CEDE, Dr. André Godoy – relata que primeiro gostaria de jogar luz no propósito que move este conselho e que faz parte de uma história maior, individual de cada um, tendo em vista que aqui estão representantes da sociedade civil, como pessoas físicas e instituições de Estado. O CEDE tem força e importância para auxiliar a desenhar o caminho do Estado do RS e muitos enxergam neste Conselho ambiente para participar de decisões importantes para o RS. Registra um elogio a toda equipe técnica que trata das questões operacionais do Conselho, não só a equipe do Governo, em nome do Dr. Tomás Holmer, mas a do SEBRAE, em nome da Sra. Janaína Zago, que não medem esforços para



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
2

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



levar a bom termo as ideias que surgem no CEDE. Também faz um agradecimento especial ao Conselheiro Daniel Santoro que se mostrou, ao longo desses dois anos, um grande líder dessa operação que o Conselho desenvolveu por todo Estado.

Destaca algumas ações de maior representatividade como a política de relacionamento entre o Estado x Cidadão, o trabalho de revisão da legislação, o Revogaço, ambas colocam o cidadão no centro das ações do Governo; uma mudança de paradigma fundamental para que possamos começar a construir um Estado mais sustentável, a integração da Redesimples que o SEBRAE vem fazendo e que ganhou muita força com o apoio do Conselho, tanto que chegamos em 2021 com quatrocentos municípios integrados, o Sistema Online de Licenciamento – SOL do CBM RS, que por uma questão estrutural foi muito bem endereçado e que vem melhorar o ambiente do Estado, finalmente, a Lei de Liberdade Econômica, patrocinada pelo SEBRAE RS, para o que foi contratado um Consultor que já está trabalhando com as equipes para a regulamentação da LLE e que pode mudar a face do RS para o desenvolvimento do empreendedorismo. Faz uma saudação especial ao Secretário Rodrigo Lorenzoni que é um dos grandes artífices dessa legislação que veio para melhorar a vida do nosso empreendedor.

Sobre a reunião que o Secretário Gastal mencionou, há uma percepção, por parte dos Conselheiros da Sociedade Civil, que o CEDE precisa melhorar a nossa comunicação para a sociedade com relação a muitas dessas ações citadas que não chegam até o cidadão e, portanto, não tem condições de aferir o trabalho que vem sendo realizado. Por outro lado, traz para reflexão, que pode não ser exclusivamente uma questão de comunicação, mas que as ações não estejam produzindo os efeitos que desejamos. Sugere que se faça uma aferição de fato, passado esses dois anos não tanto em relação a algumas medidas, mas qual efeito que estão causando na vida do cidadão.

O cidadão precisa perceber que o seu dia a dia melhorou, como, por exemplo, com a facilidade no registro da sua empresa na Junta Comercial RS e em outros órgãos do Estado; porém, se a sociedade não tem essa percepção, talvez não seja um problema só de comunicação, mas sim de efetividade das medidas e que podem estar esbarrando, ainda, em algumas estruturas que precisam entender a importância dessa reforma que está sendo promovida no Estado do RS, colocando o cidadão no centro da sua existência.

Faz esta provocação e talvez a Conselheira, Sra. Elis Radmann possa nos ajudar em estruturação de uma pesquisa para medir, aferir melhor, qual o grau de efetividade não do Conselho, mas das medidas que foram tomadas no âmbito do Conselho, através do Governo do Estado e das nossas equipes, ou se ainda precisamos de um tempo para que essas medidas se concretize e, por fim, diz ao Secretário Gastal que gostaria de reforçar uma sensação dos Conselheiros da iniciativa privada, de que é chegado o momento, depois desta bela atividade que o Conselho teve nas questões mais burocráticas do RS, de aumentarmos o foco sobre as ações direcionadas para temas do empreendedorismo, ou seja, primeiro definir o que é empreendedorismo para as ações do Conselho, pois esta pauta tem o seu fórum na Secretaria liderada pelo Secretário, Sr. Rodrigo Lorenzoni, uma vez que tratamos de temas que destravam o ambiente para o empreendedorismo, inclusive gostaria de criar um Grupo de Trabalho específico para empreendedorismo e, então, aumentar o foco para ações voltadas a esse segmento.

Relata que de maneira ousada e prudente um dia chamou a atenção do Governador quando fez referência só ao Conselho de Desburocratização, e disse “e Empreendedorismo” porque é muito importante, somos empreendedores e que constroem a riqueza do Estado. O Diretor-Superintendente do SEBRAE RS e Conselheiro, Sr. André Godoy, pede desculpas pelo tempo da sua fala mas que considera um momento importante, iniciando este ano, para olharmos com clareza qual o papel que estamos desenhando para o CEDE em 2021.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
3

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



O **Secretário Claudio Gastal** complementa que nesta questão do empreendedorismo, baseado na sua própria experiência a de ter implantado empreendedorismo em universidades, incubadoras de empresas, parques tecnológicos; considera um tema muito amplo; pode dizer que a ação do novo Código Ambiental no Estado é uma ação de empreendedorismo ou da questão de melhoria da infraestrutura, assim como uma ação junto à Secretaria de Educação para colocar na educação infantil é empreendedorismo.

Diz que precisamos limitar bem o foco neste GT, porque tudo pode ser empreendedorismo; este Conselho e suas ações tem muito sucesso porque temos conseguido focar naquilo que queremos tangibilizar, citou na reunião a estratégia do oceano azul, temos que buscar algo que ninguém está fazendo e é necessário para o empreendedorismo. Antes de passar a palavra para a Vice-Presidente da AL RS, Deputada Kelly Moraes, cita os parceiros de longa data que entraram na reunião e têm estado em todos os encontros presencial ou com representantes: Deputado Giuseppe Riesgo, Vereador Felipe Camozzato tem participado ativamente, o Secretário de Meio Ambiente, Paulo Pereira, Luiz Senna, Presidente da AGERGS, vai citando as pessoas a medida que vão entrando na sala desta videoconferência, pois em tempos de reuniões virtuais não se tem mais esta sala cheia, momentos bons e de diálogos antes e depois da reunião.

Agradece a Deputada Kelly Moraes pelo espaço na sua agenda para participar deste Conselho, salientando a importância do Legislativo estar conosco nas reuniões, pois o Deputado Rodrigo Lorenzoni participava ativamente representando a Assembleia e o próprio Presidente Ernani Polo esteve em várias reuniões do CEDE discutindo e debatendo.

1ª Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do RS, Deputada Kelly Moraes – cumprimenta a todos e em nome do Presidente Gabriel Souza, todos os colegas Deputados e Deputadas. Está representando o Poder Legislativo e reitera a continuação da AL RS junto ao Conselho. É a sua primeira participação, mas sabe a importância deste Conselho e que é carinhosamente chamado de CEDE. Dados o momento difícil que estamos passando em 2021 um ano desafiador e tem certeza de que precisamos de parceria e sem ela não vamos dar um passo a frente. Ratifica a presença da Assembleia Legislativa junto a este Conselho para que possamos, em breve, estar atuando em todas as pautas que passam por este Conselho. Cumprimenta a todos participantes do Governo, das Entidades e expõe que deseja ser mais uma a se unir para a busca de soluções e encaminhamento para as pautas deste Conselho, para o nosso Estado do RS. O Secretário Gastal agradece a Deputada Kelly Moraes e informa que, após apresentação da Conselheira Elis Radmann, haverá palavra aberta aos Conselheiros e aos Convidados. Passa a palavra para Conselheira Elis agradecendo a sua parceria nesses dois anos e dois meses de Conselho.

Conselheira Elis Radmann – Apresentação O Rio Grande após a Pandemia: Agronegócio, Indústria, Comércio, Emprego, Saúde e Gestão Pública.

Estudo sobre os impactos da pandemia, as críticas e as expectativas sobre as medidas econômicas e o papel da Assembleia Legislativa e dos Deputados nesse processo de retomada. Pesquisa realizada pelo IPO a pedido do Confirma Brasil para Assembleia Legislativa.

Informa que esta pesquisa foi solicitada pelo Presidente Ernani Polo e foi executada entre os meses de dezembro 2020 e janeiro de 2021 e abrangeu o momento da votação do ICMS, todavia tinham variáveis de controle para perguntar se a opinião do entrevistado tinha a ver com a discussão do ICMS, assim como Natal e Ano Novo. O patrocínio da pesquisa foi dos Banco Públicos, principalmente BANRISUL, BRDE, BADESUL e com apoio da FAMURS. O grande objetivo do Ex-Presidente Ernani Polo era o debate da competitividade, era uma questão cara para ele, uma marca de mandato.

Quais as condições do ambiente produtivo e como está se preparando para fazer a retomada, como a AL RS entrará neste contexto como estão os Prefeitos, o olhar de forma geral. Foram ouvidos Presidentes, Vice-



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
4

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



Presidentes, Diretorias Regionais e Prefeitos das Entidades: FEDERASUL, FIERGS, FARSUL, FECOAGRO, FAMURS, FECOMÉRCIO, OCERGS, SEBRAE, FETAG, observando que o cadastro da OCERGS é muito grande e importante, tanto Cooperativas que dizem respeito ao agro, como habitação, transporte, educação. Mostrou a distribuição das 429 entrevistas no RS, de 03 de dezembro a 07 de janeiro, sendo no setor produtivo, indústria, comércio, serviços e também do setor cooperativa, assim como foi ouvido não só Porto Alegre, como região metropolitana, as diretorias de todo o Estado RS.

Lógicas que compõem o estudo:

01. Os impactos da pandemia
02. As ações para a retomada econômica
03. Expectativa com as políticas públicas
04. O papel dos municípios
05. O papel do Legislativo gaúcho
06. O apoio à sociedade
07. Avaliação do Programa Escolha de Valor
08. Uma visão sobre cada segmento

Por conta do tempo reduzido, não vai tratar de cada item, mas que tem, em termos de produto, o Relatório Geral, uma Síntese Executiva e uma Revista que sintetiza a pesquisa e que, posteriormente, o Dr. Tomás poderá disponibilizar no grupo para que todos tenham acesso.

O impacto da pandemia no setor produtivo: 59,4% dos representantes do Estado falando em nome de seu segmento disseram que as perdas financeiras foram importantes. A média geral de perdas financeiras estimadas é de 28% e estimam 2 anos, em média, para se recuperar, partindo do pressuposto do novo normal da pandemia que já estavam organizados, utilizaram auxílio emergencial, principalmente para capital de giro e pagar os salários e custos da empresas. A expectativa do setor produtivo é muito boa, estão motivados a trabalhar pela retomada econômica. O agronegócio tem-se que enxergar que vai ter um peso na pesquisa, pois o que está dentro das Cooperativas – OCERGS como as outras entidades desde a FECOAGRO até FARSUL que será de 40%, em vários momentos terá uma força nas entrevistas; como por exemplo, dizer para Assembleia que terá de ter um projeto de irrigação e que o seu maior problema não foi a pandemia, mas, sim, as condições climáticas. Então, para a retomada econômica o setor produtivo, a indústria e o comércio acreditam que têm muito consumo reprimido, as pesquisas realizadas com o consumidor indicam que temos o seguinte fenômeno, 1/3 da população gaúcha perdeu renda, não tem capacidade de consumo; 50% da população gaúcha tem renda fixa, diminuiu o consumo e tem sim capacidade de consumir mais quando puder e temos em torno de 17 a 20% dos gaúchos que, inclusive, estão revendo a suas práticas de consumo e até dentro deste grupo já tem práticas minimalistas, ou seja, revisando conceitos e inclui as pessoas de consumo consciente.

Os impactos e as “dores” variam conforme o segmento:

1. Agronegócio – estiagem
2. Indústria – falta de matéria-prima/produtos
3. Comércio – restrições/consumo reprimido
4. Gestão pública – prejuízo social e econômico causado pela pandemia – auxílio emergencial do Governo Federal foi um grande alento; os Prefeitos temem e necessitam de um novo aporte.
5. Cooperativas – principalmente as da área de educação (infantil), empreendedorismo.

As empresas precisam de estímulo e redução de impostos para a retomada da produtividade e competitividade:

- 30,2% estímulo ao empreendedor,
- 22,8% manutenção da isenção de impostos,



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
5

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



- 21,2% fomento à competitividade.

Na época o Presidente Ernani Polo mencionou que queria aprender o conceito de competitividade, então a Conselheira Elis esclarece que para o setor produtivo o conceito de competitividade está associada ao empreendedorismo, porque na análise de conteúdo concluiu que o setor produtivo precisa das condições para empreender, a desburocratização vai aparecer em todos os processos, porque eles precisam de agilidade e diminuição das cargas tributárias. É preciso que a cadeia produtiva tenha tecnologia com financiamento facilitado pelo Estado; logo, é uma discussão importante para se colocar no empreendedorismo.

A competitividade do setor produtivo está associada diretamente à redução de impostos – a redução de impostos é o principal fator para estimular a competitividade, e perpassa todo debate da pesquisa.

Mandala – Para o Estado Ser: melhorar Infraestrutura e a inovação, desburocratizar, diminuir o custo do Estado, reduzir impostos.

E a competitividade: aumenta o consumo, potencializa emprego e renda, amplia a arrecadação do Estado, atrai novos investimentos.

Além da reforma tributária as empresas precisam de apoio financeiros e estratégico: acesso ao crédito, soluções criativas, modelagem de negócios.

A redução de impostos aparece com força em três questões da pesquisa:

- Soluções para melhorar a produtividade e garantir o emprego.
- Apoio para a indústria e o comércio no enfrentamento da recessão causada pela pandemia.
- Fator para a retomada no pós-pandemia.

Menos impostos, mais desenvolvimento: a redução de impostos e a criação de novas alíquotas é determinante para a ampliação do consumo e das vendas (54,8%).

O Executivo e o Legislativo devem ser protagonistas da estabilidade política e jurídica: 38,9% Poder Legislativo e 34,7% Poder Executivo. Os entrevistados sugerem uma legislação, um Decreto provisório para uma certidão negativa ou positiva para liberação de crédito e ajudar as empresas, no caso de uma empresa ter um microcrédito para abrir, levando em conta este momento de Pandemia, entre outros exemplos.

Políticas públicas para conter o aumento da pobreza:

- Programas assistenciais – 29,4%
- Programas de moradia e de frentes de trabalho – 27,9%
- Apoio do Governo Federal – 15%
- Geração de emprego – 14,4%

Prioridades para a gestão municipal no pós-pandemia:

- Revisão do Pacto Federativo pelos gestores públicos – 29,1%
- Enxugamento da máquina pública – 28,0%
- Instituir programas de cooperação – sociedade/empresas/prefeitura – de atenção social – 16,6%

As ações que os **Municípios** devem fazer para retomar sua dinâmica econômica:

- Incentivar cadeias produtivas – 27,7%
- Se aproximar Governo Federal e do Estadual – 22,4%
- Ampliação dos percentuais de repasses – 17,2%
- Ampliar força política da FAMURS e da CNM – 15,4%

O que considera como indispensável ao gestor público para retomar a vida econômica e social da cidade? Os gestores precisam de pulso firme e capacidade de conciliação. Capacidade de gestão que alinhe três principais atributos:

- Atitude
- Coragem
- Cooperação



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
6

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



A percepção sobre o papel do Legislativo; na área social, econômica e no pós-pandemia: necessidade de qualificação, muitas empresas, micro-empresas e empresas de médio porte que estão se reinventando, na área social deve se preocupar com cursos profissionalizantes e, em segunda instância, discutir com o Congresso a questão do teletrabalho, incentivar cursos e exercício de profissões à distância, incentivos à indústria, comércio e serviços, necessidade de crédito, quanto à rede hospital, depois da Covid terá um percentual de óbitos importante por conta das doenças crônicas que não foram tratadas.

Os parlamentares devem evitar pautas que onerem mais os gaúchos:

- Discussões ideológicas partidárias – 16,5%
- Aumento de impostos – 12,4%
- Aumento de salários/máquina pública – 11,4%

A pesquisa utilizou três indicadores para avaliar a perspectiva comportamental da sociedade com a gestão pública:

- 1º Desempenho da gestão pública
- 2º Mais interesse pelas decisões governamentais
- 3º Organização da vida social no pós-pandemia, solidariedade

A missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021 é estimular a economia local:

- Incentivo à produção local – 46,4%
- Tornar a cidade mais confiante com ações de interação e cooperação entre as pessoas – 22,6%

São quatro eixos que podem agravar as dificuldades dos municípios que dependem exclusivamente do FPM a partir de 2021:

- Miséria – 28,4%
- Economia – 22,6%
- Saúde – 21,7%
- Educação – 11,7%

O principal aprendizado do estudo – o Estado necessita de uma reforma tributária voltada para a competitividade, que desonere as empresas, tenha como foco o desenvolvimento econômico e social do RS.

O Secretário Claudio Gastal agradece a apresentação da Conselheira Elis Radmann, informa que será disponibilizado o material para todos e abre a palavra aos Conselheiros inscritos e, logo após, para os demais.

Conselheiro, Sr. José Renato Hopf – cumprimenta a Conselheira Elis e que considera muito apropriada a pesquisa. Diz que este Conselho tem feito um trabalho muito bom em vários aspectos, no processo de integração de Prefeituras na Redesimples, de simplificações e no tema desburocratização, estamos com excelentes ganhos como o SOL, o Revogaço e a Liberdade Econômica; este conjunto endereça o tema competitividade. As questões de reforma tributária, custo do Estado, se observa que o Governo está com encaminhamentos e reformas todavia a pesquisa provoca para que haja uma maior articulação frente as Entidades para a necessidade de um trabalho de apoio. Se fala sobre infra, inovação e quanto a questão do crédito já que na pandemia é um item muito importante ao pequeno empresário, pois as ações que estão vindo do Governo Federal ajudam nas questões de órgão público, às pessoas físicas, mas o pequeno empresário que, neste momento, não consegue pagar as contas de água e luz, entende que este ponto deva ser auxiliado com ações de articulações e aceleração. Refere-se a sensação de ficar citando Santa Catarina, mas fizemos algumas coisas melhores, porém sabe que podemos pegar alguns pontos feitos em SC no tema articulações setoriais e de cadeia porque se fala muito de indústria, mas o nosso Estado para empregabilidade tem que incentivar área de serviços, turismo e inovação. Na base, cadeia baixa e na geração de emprego do pequeno empresário é preciso ver o tipo de articulação que se possa fazer, uma vez que sem inovação não se tem competitividade; portanto destaca os pontos na questão do crédito, inovação, turismo e serviços para



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
7

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



encaminhamento no Conselho.

Conselheiro, Sr. Daniel Santoro – quanto ao CEDE gostaria de chamar a atenção para as justificativas e propósitos deste Conselho, visto que não podemos tirar do contexto a pandemia e a crise do Estado, onde estão todas as organizações públicas, privadas e terceiro setor envolvidas. Importante todos terem a consciência do desenho deste Conselho, órgão consultivo do Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, para não perder a objetividade e o grande ganho do CEDE que é fazer a integração, a interlocução dessas Entidades, temos presentes o Desembargador do TJ RS, Dr. Ney Wiedemann e o Promotor de Justiça do Ministério Público, Dr. Daniel Martini, e isto não está no Decreto, mas na integração em ambiente de confiança para poder discordar de forma construtiva.

Não importa de onde vem a sugestão, desde que ela esteja condizente com o trabalho que temos feito e esta é a grande inovação que o RS estabelece com este Conselho tendo o público e privado interagindo e integrando esforços.

Reflexão sobre propostas originais de entregas que venha ser feito, qual é o propósito, definir quem é o cliente, o que ele valoriza. Se queremos falar em empreendedorismo, não tem como sem falar em desburocratização e, com isso, vem um dos grandes ganhos deste Conselho que foi a criação do Comitê de Revisão Legal, capitaneado pela Dra. Maria Patrícia Mollmann, Subchefe Jurídica da Casa Civil, junto com os colegas da PGE RS e o próprio Dr. Tomás Holmer, da SPGG, logo, não adianta pensar em transformação digital, sem a transformação legal.

Quando se integra o CEDE com todos os Poderes, temos que ter a frieza, o equilíbrio e a ponderação para responder aos que precisam de um auxílio imediato, pois, hoje, o Executivo, Legislativo, Público e o Privado, sozinhos não fazem, daí a importância da integração e a implantação de um modelo mental do Setor Privado, que por força do sistema se acostumou a se apoiar no Público para buscar o desenvolvimento. Então o nosso papel é destravar, olhar aquilo que ninguém pode fazer para que possamos percorrer um caminho a longo prazo; considera rico este trabalho para que fique vinculado em único Governo, precisa ser institucionalizado, por isso é importante separar o CEDE do Descomplica RS porque não sabemos qual será o próximo Governo, precisa permanecer porque é uma forma de integrar estes Poderes. Diria que já estamos trabalhando muito com o empreendedorismo, pois, em uma articulação com o Diretor André Godoy e o Conselheiro Walter Lídio, estamos com o Fundopem 4.0 pronto para Assembleia Legislativa RS.

Conselheiro Marlos Schmitt – faz uma provocação, no que tange à apresentação da Conselheira Elis, refere-se a um trabalho colaborativo entre os setores público e privado que em determinados momentos há necessidade de enfrentamento. Quanto ao empreendedor cabe essa reflexão, neste momento de restrições de operações onde o comércio e os serviços são os mais prejudicados, ou seja, como este Conselho pode apoiar o empreendedor, que iniciativas de mobilizações podemos estimular. Precisamos pensar sobre isto e se coloca à disposição; é preciso agir e mostrar esta união dos diversos agentes aqui no Conselho.

Secretário Claudio Gastal – coloca que gostaria de fazer uma convocação para que o Conselheiro Marlos Schmitt faça parte do Grupo Empreendedorismo, pois considera fundamental ligação com a indústria representada pela FIERGS. Com a definição do foco, da atuação, para em um curto prazo, ter ações no médio e longo prazo e exemplifica informando que está saindo a questão do Mobiliza RS, o qual está se tentando tratar este processo com o SEBRAE RS.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
8

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo RS, Sr. Rodrigo Lorenzoni – parabeniza a Conselheira Elis Radmann pela pesquisa que traz indicadores e informações muito importantes e que guiam os agentes públicos neste momento. Comunica que pediu para o Secretário Gastal um tempo para fazer um breve fechamento do seu período como Conselheiro do CEDE representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. O Governo está fazendo um movimento de separação das duas Secretarias, uma vez que o Estado terá uma estrutura para olhar com atenção e dedicação plena para a questão do turismo e a sua importância para o desenvolvimento econômico e o empreendedorismo. O RS é um estado que mais tem vocação para o turismo, dentre os 27 da nossa Federação, porém nunca precisamos do turismo para sustentar a nossa economia. Podemos estar intensificando uma estrutura de Estado voltada para olhar o turismo como desenvolvimento econômico, esse é o desafio do Governador. Agradece em relação a todas as ações desenvolvidas na área do desenvolvimento econômico e, em especial, o Fundopem 4.0 que é o programa, o processo de digitalização dele e o de revisão da legislação com foco na desburocratização.

Quando entrou na Secretaria perguntou qual era o principal programa da Secretaria e que mais entrega para a sociedade e empreendedores, constatou que era o Fundopem, inclusive presta homenagem e agradecimento ao Diretor Gustavo Rech, o qual foi questionado sobre como tornar o Fundopem em um programa desburocratizado e mais ágil e ele informou que já tinha um estudo pronto.

Foi feito um levantamento interno e pela complexidade e importância do programa não deveria ser conduzido somente e exclusivamente pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, assim receberam o apoio do Secretário Claudio Gastal que trouxe para o CEDE e, através do Descomplica RS, foi para o Grupo de Trabalho coordenado pelo Dr. Tomás Holmer e a Dra. Marcela Vargas, Agente Setorial PGE na SEDETUR, SEFAZ, Conselheiro Daniel Santoro, Casa Civil o que possibilitou a entrega deste processo hoje e que já está na Casa Civil finalizado e com as devidas assinaturas, pronto para que o Governo, no momento político adequado, possa apresentar para Assembleia Legislativa RS.

Deixa o desafio para este Conselho porque o trabalho não se esgota com a entrega do projeto pronto, mas sim deveremos ter participação nas discussões da AL RS, pois os Deputados que aqui estão tem o entendimento da importância de programas desta natureza e da necessidade de modernização do Fundopem, sendo que ele traz uma redução de no mínimo 30% do tempo entre a entrada do estudo e até o início da fruição por parte da indústria que hoje está em média 1 ano a 1 ano e meio, além de possibilitar, por meio do Fundopem Express, que não existia, está sendo proposto na legislação que pequenas e médias indústrias possam acessar este programa para compra de máquinas, por exemplo.

Portanto, a nossa ação enquanto Conselho e a Sociedade Civil organizada participando do debate na AL RS junto com os Deputados dando informações e mostrando a importância da aprovação dele, será um grande legado que o Governo deixa para o Estado. Agradece todo o apoio e respaldo técnico recebido para consolidar este trabalho em apenas oito meses. Outra questão é que gostaria de trazer ao conhecimento do CEDE que já está pautado em uma reunião da transição com o Deputado Edson Brum, o novo Secretário do Desenvolvimento, o projeto criado na Secretaria e que possa ser entregue ao Conselho e Descomplica RS para aperfeiçoamento, em conjunto, que um Grupo de Monitoramento de Investimentos, ou seja, foi centralizado na Secretaria um Núcleo o qual chama de Executivos que farão o acompanhamento e atendimento de todo e qualquer investidor que se relacione com o Estado; estão evoluindo neste grupo em uma parceria com a Secretaria da Fazenda.

Comparando com a iniciativa privada seria o grupo responsável pela relação comercial, todavia é um grupo dentro da Secretaria que se relaciona com o nosso cliente que são os empreendedores, a fim de entender as demandas e customizar para eles aquilo que o Estado pode oferecer. Este grupo já teve atuações importantes como negociação com a Amazon, Taurus, Ortobom, CVC – são milhares de empregos e algumas dezenas de



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
9

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



milhões de reais construídos em parceria com outras Secretarias e em especial com a Secretaria da Fazenda; entendemos que projeto funcionou e foi exitoso na forma, com apoio do EDP, que hoje monitoram e transformam em números para que se possa acompanhar os investimentos que são feitos no nosso Estado.

Secretário-chefe da Casa Civil Adjunto, Bruno Pinto de Freitas – cumprimenta e agradece por fazer parte deste Conselho, representando a Casa Civil, bem como agradece a participação do Conselheiro, Dr. Leonardo Lamachia, neste conceito de integração do setor privado com o público, não só na Expointer, mas esta integração foi fundamental para que o Estado levasse a termo um ambiente muito hostil que era uma Expointer com o sucesso que teve, aproveita para elogiar o amigo e professor Daniel Santoro por não deixar divergir e chamar a atenção para o foco, para o que este Conselho foi criado, sociedade civil junto com o Poder Executivo com legitimidade e qualidade e que os próximos governos consigam captar esta condição para levar a quem tanto precisa, cujo o cliente é o cidadão gaúcho. Quase na condição de Vice-Presidente do Conselho como representante, coloca mais uma vez o seu corpo técnico à disposição na pessoa da Dra. Maria Patrícia, Subchefe Jurídica da Casa Civil, cuja participação foi fundamental para esse viés de desburocratização, a Casa Civil sempre parceira nesta iniciativa do Governo do Estado.

Promotor de Justiça do Ministério Público do RS, Dr. Daniel Martini - Cumprimenta a Conselheira Elis Radmann pela apresentação da pesquisa e refere-se ao percentual de 30% de empresas que precisam de estímulo ao empreendedor, 22,8% responderam que precisam da manutenção da isenção de impostos e 21,2% responderam a necessidade de um fomento à competitividade. Pede para insistir em um o ponto que considera útil para o GT do Empreendedorismo e que já está no foco do GT da Revisão Legal, com o Dr. Tomás e Dra. Maria Patrícia, quando o Estado quer alguma coisa edita Leis que podem ser proibitivas, estabelecem um comportamento que quer desestimular e, para isto, Santoro, coloca lá uma pena, uma ação negativa, chama-se isso comando e controle; lei e pena o que já vimos que temos demais e não funciona muito bem, embora ainda seja algo necessário. Também podemos pensar em um sistema normativo que pretenda facilitar ou estimular um comportamento para encorajar. Facilitar este Conselho já está fazendo e muito bem, com muita competência; cita o SOL, do ambiental o Secretário Paulo Pereira, amiga Marjorie, Coronel Bonfanti na questão dos APPCIs.

Diz que aprende muito participando destas reuniões, as vezes pouco se manifesta, procura ouvir mais do que falar, assim o GT do Empreendedorismo tem que ter um foco porque proibir e punir não dá mais.

Quando vamos elaborar uma lei, temos a obrigatoriedade, hoje, da análise do impacto regulatório, tanto no artigo 5º da Lei Federal dos Direitos da Liberdade Econômica, quanto no artigo 7º da Lei Estadual a obrigatoriedade hoje da análise do impacto regulatório; a sua sugestão ao GT da Revisão Legal, ao Conselho e, possivelmente, ao GT do Empreendedorismo que o fundamento seja o uso de sanção positiva que são as normas de incentivo, as normas premiaias, por exemplo, a redução tributária para quem troca matriz energética, cotas transferíveis de poluição; que possamos revisar a legislação para incluir, especialmente, nas novas, os chamados reforços positivos e não apenas as normas de comando e controle.

Secretário Claudio Gastal– agradece a importante colaboração do Dr. Daniel Martini e que a sua sugestão poderá ser discutida no Comitê Revisão Legal ou no Empreendedorismo.

Diretor-Executivo do PROCON RS, Sr. Lucas Fuhr – agradece a oportunidade por este espaço no CEDE e refere-se aos dados da pesquisa apresentada, na área social, sendo o PROCON está vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Nesta questão social, considerando que o percentual de 46% dos entrevistados se preocupam com a pobreza e a miséria, o PROCON embora trate das relações de consumo e de negócios, ele tem um olhar para população vulnerável e, sobretudo, a população idosa do RS o estado que



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
10

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



tem o maior percentual do Brasil; e também tem um percentual muito alto de super endividados, logo, também é dever do PROCON estar bem articulado com o observatório de crédito da UFRGS que acompanha esses índices e entende que esta situação que impede o desenvolvimento do Estado. Concorde com o Dr. Daniel Martini no que se refere aos incentivos, pois a retomada do crédito é condição fundamental para o Estado se desenvolver, claro que de forma responsável e com adimplência e sem nenhuma banalização da inadimplência. Quanto a questão tributária, destaca o incentivo fiscal de 2019, dado pelo Governo do Estado, aos setores microcervejeiros e metal-mecânico, que tem potencial no RS.

Presidente da JUCIS RS, Sra. Lauren de Vargas Momback – cumprimenta a todos os participantes e diz que é admiradora deste Conselho pelo trabalho desenvolvido e engajamento. A Junta Comercial está preocupada com a retomada do crescimento econômico, bem como apareceu na pesquisa um alto percentual desta expectativa também pelo empreendedor. Portanto, a JUCIS RS, junto com o Governo do Estado, isentou as taxas de constituição, assim estão auxiliando e estimulando o crescimento econômico, tendo em vista que tiveram um crescimento das empresas limitadas em 80% de outubro até a data de ontem. Hoje foi colocado no portal da JUCIS as assinaturas avançadas, ou seja, o empresário vai poder estar com o seu documento digital, não só com certificado, mas com outras formas gratuitas. Estão focados para trabalhar com o pequeno empreendedor com ações para base da pirâmide; estão implantando reconhecimento por biometria facial gratuita e sem validade, também, por cadastros em Bancos para quem tem conta no Banrisul, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, entre outros, poderão assinar o seu documento de forma gratuita. O empreendedor que estiver com dificuldade financeira e quer abrir sua empresa não vai precisar pagar a taxa até 24/03 e não precisará mais comprar um Token e renovar a cada ano, já que tem um custo. A Junta Comercial tem outros projetos para acelerar o registro empresarial no Rio Grande do Sul.

Secretário Claudio Gastal – comunica que o Vice-Presidente da JUCIS RS, Saulo Henrique Souza Martinelli, hospitalizado com Covid, saiu da intubação e está se recuperando, pois o Sr. Carlos Vicente Gonçalves tem nos dado notícias. Solicita à Presidente Lauren que transmita o abraço de todo o Conselho e quando ele tiver condições vamos encaminhar algo que mostre a nossa solidariedade para ele e sua família neste momento difícil. Passa a palavra para o Diretor-Superintendente André Godoy fazer seu o encerramento.

Diretor-Superintendente do SEBRAE e Conselheiro, André Godoy – se congratula com este Conselho - com os integrantes, convidados e equipe técnica que tem feito um trabalho intenso para melhorar a atuação do CEDE. Pede para dar a notícia de que estão evoluindo, no sentido de ter reuniões com o Secretário Claudio Gastal para pautas mais objetivas, assim como se colocou à disposição para participar das definições de empreendedorismo para acolher uma maior participação dos Conselheiros e criar outras ações no CEDE. Reverbera que vem respeitando as observações do Conselheiro Daniel de forma a entender qual o papel do Conselho; não exigir nada do Governo, mas, sim, contribuir para que ele tenha uma visão mais próxima do mercado e, portanto, efetiva para o nosso desenvolvimento.

O Secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Sr. Claudio Gastal agradece a participação de todos e que deixa uma reflexão, pois teve uma reunião com as Entidades Empresariais, FIERGS, FECOMÉRCIO, FEDERASUL e FARSUL onde foi discutido que estamos em um momento muito difícil, mas que vai passar, temos que pensar na retomada o que ficou bem claro na pesquisa da Conselheira Elis Radmann e que o Estado e não o Governo comece a construir uma visão de médio e longo prazo, quais as possibilidades que se abrem a partir de um reaquecimento para pós-pandemia. Comunica que, junto com o Conselheiro José Renato Hopf, estão na luta para conseguir trazer o Web summit para Porto Alegre, como outras iniciativas integradas com a Prefeitura, pois precisamos avançar e concorda com o Conselheiro Hopf quando colocou a questão dos serviços, do turismo, da inovação para que possamos mudar o mindset e mobilizar. Pede que



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
02/2021

Folha
11

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
05/03/2021

Responsável
Neusa Bueno



todos se cuidem e cuidem dos seus, pois estamos em um momento difícil, tem o seu papel no Gabinete de Crise e que teremos duas semanas bem duras, que todos se protejam, usem máscaras, higienização. Encerra mandando um grande abraço a todos.

ENCAMINHAMENTOS

- Conselheira Elis Radmann - Síntese Executiva e uma Revista que sintetiza a pesquisa e que, posteriormente, o Dr. Tomás poderá disponibilizar no grupo para que todos tenham acesso.
- O Secretário Claudio Gastal informa que será disponibilizado o material para todos.
- Conselheiro José Hopf - na base, cadeia baixa e na geração de emprego do pequeno empresário é preciso ver o tipo de articulação que se possa fazer já que sem inovação não se tem competitividade; portanto, destaca os pontos na questão do crédito, inovação, turismo e serviços para encaminhamento no Conselho.
- Secretário Claudio Gastal – coloca que gostaria de fazer uma convocação para que o Conselheiro Marlos Schmitt faça parte do Grupo Empreendedorismo, pois considera fundamental ligação com a indústria representada pela FIERGS.

CONSELHEIROS DO CEDE

SPGG RS – SECRETÁRIO CLAUDIO GASTAL

SPGG RS – SECRETÁRIA-ADJUNTA IZABEL MATTE

CASA CIVIL – SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL ARTUR LEMOS JÚNIOR

SEFAZ RS – SECRETÁRIO MARCO AURÉLIO CARDOSO

SEDETUR RS – SECRETÁRIO RODRIGO LORENZONI

SICT RS – SECRETÁRIO LUIS DA CUNHA LAMB

PGE RS – PROCURADOR-GERAL EDUARDO CUNHA DA COSTA

SEBRAE RS – PRESIDENTE ANDRÉ VANONI DE GODOY

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

DANIEL SANTORO

ELIS RADMANN

JOSÉ RENATO S HOPF

LEONARDO LAMACHIA

MARLOS SCHMIDT

WALTER LÍDIO

PROJETO DESCOMPLICA RS – COORDENADORIA

SPGG RS/ASJUD - TOMÁS HOLMER

PGE RS/AGENTE SETORIAL - TIAGO BONA